



# Plano de Atividades

2015



**PLANO DE AÇÃO 2015**  
**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO**



# Índice

ÍNDICE.....	3
INTRODUÇÃO.....	5
PLANEAR 2015_ ENQUADRAMENTO GENÉRICO E CONTEXTO SOCIOECONÓMICO.....	7
1. AÇÕES A DESENVOLVER.....	9
DOMÍNIO A. COMUNICAÇÃO   INFORMAÇÃO.....	10
AÇÃO 1.....	11
DOMÍNIO B. ARTICULAÇÃO EUROPEIA.....	13
AÇÃO 2.....	14
DOMÍNIO C. INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO NA ECONOMIA SOCIAL.....	16
AÇÃO 3.....	17
DOMÍNIO D. INTERVENÇÃO JUNTO DE PÚBLICOS VULNERÁVEIS.....	21
AÇÃO 4.....	22
2. METODOLOGIA.....	29
3. ARTICULAÇÃO COM AS ESTRUTURAS CENTRAIS DO IEFP.....	31
4. RECURSOS A UTILIZAR.....	32
5.1 CRONOGRAMA DE AÇÃO 2015.....	33
5.2 EXECUÇÃO FÍSICA PREVISTA 2015.....	34
6. ORÇAMENTO DE AÇÕES 2015.....	36

**PLANO DE AÇÃO 2015**  
**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO**





# Introdução

Este Plano de Ação propõe um conjunto de atividades destinadas a serem executadas durante o ano 2015 no âmbito do Protocolo de Cooperação entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a EAPN - Rede Europeia Anti Pobreza/Portugal.

Tendo como eixo central de atuação as áreas da informação e sensibilização, inclui dentro destas, a especificidade na abordagem às questões da empregabilidade dos públicos desfavorecidos, a análise e reflexão em torno das políticas ativas de emprego, da aplicação da Estratégia Europeia de Inclusão Ativa, da Economia Social, da Responsabilidade Social das Empresas e da Cidadania Empresarial, entre outros temas adjacentes.

Os pressupostos de atuação têm em conta algumas realidades atuais do contexto socioeconómico e na panorâmica do emprego e do desemprego em Portugal e na Europa. Neste sentido, as atividades propostas visam um formato essencialmente dirigido para técnicos de ação social, com intervenção direta e indireta nas áreas do emprego, mas igualmente para dirigentes das ONG's e para a sociedade civil e público em geral, conforme os objetivos que avançaremos. Destaque-se igualmente uma forte orientação para públicos vulneráveis face ao mercado de trabalho.

Tendo em conta estes pressupostos e partindo dos últimos desenvolvimentos relativos às políticas públicas de emprego e de incentivo à empregabilidade, julgamos pertinente ter como cenários de atuação as ações que propomos e que se destinam a contribuir significativamente para uma maior reflexão sobre as temáticas acima citadas. O reforço de algumas delas, já experimentadas em anos anteriores, visa sobretudo o aperfeiçoamento de metodologias e o apuramento de resultados mais concretos e aplicáveis às circunstâncias do mercado de trabalho. Outras atividades são mais trabalhadas no sentido da informação e da sensibilização para temáticas mais genéricas mas cujos objetivos se coadunam com este Protocolo.

Este documento é composto de cinco partes. Na primeira parte descrevem-se as ações a desenvolver durante o ano 2015, incluindo um enquadramento contextualizante das mesmas, a sua metodologia, principais parcerias e resultados esperados. Na segunda parte aborda-se a articulação com as estruturas do próprio IEFP. A terceira parte é dedicada aos recursos existentes no âmbito deste Protocolo. Na quarta parte é disponibilizado um cronograma das ações ao longo do ano e a execução física prevista e, finalmente, é proposto um orçamento para a realização do presente plano.

**PLANO DE AÇÃO 2015**  
**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO**





## Planear 2015\_

### enquadramento genérico e contexto socioeconómico

Ao iniciarmos este ano de trabalho, temos em conta dois pressupostos fundamentais para o seu desenvolvimento e a nossa opção por determinado tipo de atividades: por um lado a nossa experiência anterior na execução deste Protocolo, por outro, a situação sócio económica do país, em particular em aspetos que mais diretamente se coadunam com as temáticas que lhe estão subjacentes, destacando-se a questão do emprego e desemprego, as políticas ativas de emprego e a sua articulação com as organizações da economia social.

Este Plano de ação estrutura-se em várias atividades, que por sua vez correspondem a respostas e a desafios propostos por um contexto mais geral que tem por cenário de fundo o atual “estado da arte” no nosso país. Este planeamento assenta em duas grandes atividades, as quais pretendemos rentabilizar enquanto plataformas de reflexão sobre as políticas ativas de emprego e a empregabilidade de públicos vulneráveis. Uma das atividades é desenvolvida em torno de um eixo de investigação, já iniciada em 2014 e da qual pretendemos fazer um follow – up neste ano. A outra vocaciona-se para o desenvolvimento, consolidação e aperfeiçoamento de um projeto de ativação de competências de empregabilidade e articulação com potenciais empregadores, projeto que propomos que decorra em várias partes do país e com grupos diversos, procurando dar respostas focalizadas na resolução do problema do desemprego, particularmente junto de determinados grupos mais vulneráveis. A par destas duas atividades, desenvolvermos outras de carácter mais genérico e contínuo e que têm vindo a ser uma constante neste trabalho desenvolvido desde 2001. Estas últimas focam-se nas áreas da informação, comunicação e sensibilização, através dos meios que dispomos na nossa organização (informáticos, publicações, traduções) e que têm sido alvo de melhorias contínuas ao longo dos anos.

Relativamente ao projeto de investigação, será talvez pertinente lembrar que este foi essencialmente motivado pelo contexto da Economia Social em Portugal e pela crescente relação que as suas entidades estabelecem com a dimensão emprego. Esta relação assume-se cada vez mais presente, mais próxima e mais plural, decorrente - segundo alguns autores - de uma nova ordem social em curso, que surge perante a incapacidade do sistema económico criar emprego para a generalidade da população. Concorre também para esta realidade contextual o enfraquecimento dos sistemas de proteção social em tempos de aumento da pobreza e da exclusão social.

O estudo que referimos dá continuidade – em termos de investigação na área da Economia Social – a um outro realizado pela EAPN Portugal, o qual consistiu num retrato das ONG’S de solidariedade social em Portugal entre 1995 e 2011. Parece-nos assim de extrema relevância esta continuidade do enfoque na análise da Economia Social, dando conta da evolução da mesma e dirigindo a atenção no sentido para o qual a própria Economia



Social se tem vindo a dirigir, sendo este o domínio da empregabilidade, com o reconhecimento do mesmo enquanto instrumento estratégico no combate à pobreza e à exclusão social.

Relativamente à nova edição do Projeto Click! ele assume desde logo uma lógica de consolidação de resultados atingidos na sua fase piloto de 2014. Assim, em 2015 o desafio passa por aperfeiçoar aspetos menos conseguidos no projeto-piloto que decorreu em 2014, explicitados ao longo do Plano, mas também pelo alargamento e aplicação da metodologia que revelou fortes potencialidades ao nível do território nacional e centrando-se no trabalho com grupos mais homogêneos e em estreita cooperação com as estruturas locais do IEFP e o potencial tecido empregador.

Este projeto, centrado no trabalho com públicos desempregados, surge num contexto nacional marcado por uma acentuada e crescente realidade de desemprego, o qual torna urgente agilizar novas metodologias que promovam a empregabilidade, a autoestima e a ativação de públicos com significativas dificuldades de regresso ao mercado de trabalho. A subida implacável do desemprego – após o início da crise em 2008 – sentida na maioria dos países, atingiu um recorde de 12,2 % na zona euro, variando entre os 5% na Alemanha e taxas que rondam os 27 % na Espanha e na Grécia, com o desemprego jovem a apresentar mais do dobro desse valor. Em Portugal, poderemos verificar que a taxa de desemprego no segundo trimestre de 2014 era de 13,9 % e a taxa de desemprego jovem de 40%. Relativamente a esta taxa, verificamos que desde 2008 ela duplicou. Nesse ano situava-se nos 7,6 %, sendo nos finais de 2013 de 16,3 %, segundo dados sistematizados pela PORDATA.

A taxa de desemprego em Portugal resulta sobretudo das profundas alterações na economia portuguesa, muitas delas anteriores à crise, sendo o regresso dos desempregados ao emprego um desafio agravado, nomeadamente, por níveis baixos de qualificação escolar e profissional, mas igualmente por outro conjunto de fatores que assumiremos, inclusivamente, enquanto pontos chave de perfis de empregabilidade a trabalhar no âmbito deste projeto.

Compete-nos assim criar um instrumento de reforço da empregabilidade, ensaiado a partir de um pequeno grupo, com características heterogêneas e numa região onde as modificações já referidas na economia portuguesa tiveram repercussões. Águeda transformou o seu tecido industrial nos últimos anos, reformulou o mercado de trabalho, extinguiu funções em muitas empresas, transformou-as nouro tipo de profissões, convive com uma massa de trabalhadores, numa faixa etária entre os 40 e os 50 anos, com dificuldades de reintegração profissional. Foi neste cenário que trabalhamos o projeto-piloto. O desafio para 2015 será transpor este projeto para outras paragens, com outras características, económicas, sociais, geográficas e culturais. Apostamos assim no ensaio de uma metodologia que sistematize alguns contributos válidos para a (re)integração laboral de públicos diversificadamente vulneráveis aumentando, necessariamente, o nível de exigência e de capacidade logística, não esquecendo o trabalho em rede e as parcerias necessárias.



# 1.

## AÇÕES A DESENVOLVER



## DOMÍNIO A.

# COMUNICAÇÃO | INFORMAÇÃO





## Ação 1

Janeiro a Dezembro

**Desenvolvimento, manutenção e atualização dos canais de comunicação da EAPN Portugal para informação/sensibilização sobre políticas sociais relativas à empregabilidade e à inserção de públicos desfavorecidos.**

### Enquadramento

A Informação/Comunicação constitui um dos eixos fundamentais de trabalho e da intervenção da EAPN Portugal. Este eixo permite e possibilita uma intervenção mais eficaz no “terreno” às organizações associadas e às ONG’s em geral, como instrumento de construção de uma opinião pública fundamentada e informada para a luta contra a pobreza e a exclusão social. A EAPN tem vindo a construir e a atualizar constantemente os seus meios de comunicação, desenvolvendo plataformas de comunicação mais amplas e abrangentes, através de meios eletrónicos, publicações e linhas editoriais. Este eixo dá igualmente a conhecer boas práticas, projetos, tomadas de posição e demais instrumentos que atualizam o trabalho da organização a nível nacional e europeu, em particular aquele que respeita às grandes questões de política e ação social, assim como o conhecimento mais aprofundado de programas e iniciativas capazes de mobilizar a sociedade civil.

Este eixo tem por missão o fomento de partilha e troca de opiniões de forma a encontrar soluções inovadoras para um conjunto de problemas sociais e tendo por base múltiplas temáticas. De uma forma não exaustiva enumeramos algumas dessas temáticas, com especial relevância para as que se enquadrem dentro deste Protocolo de Cooperação: empregabilidade dos públicos desfavorecidos, políticas ativas de emprego, participação das pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social; economia social; responsabilidade empresarial, Inclusão Ativa, empreendedorismo; microcrédito e políticas europeias dedicadas ao trabalho e à empregabilidade.

### Atividades

#### 1

Atualização e manutenção da página da Internet do Protocolo de Cooperação entre a EAPN Portugal e o IEFP (relatórios de atividades, planos de ação, eventos, estudos, publicações, relatórios europeus, notícias relevantes e outras informações). Destaque-se no presente ano uma aposta significativa ao nível da página do protocolo no âmbito do Projeto Click, como mais à frente abordaremos.



## 2

Publicação na edição impressa e online da Revista de Política Social *Focussocial*, de artigos informativos e de opinião produzidos por especialistas em áreas variadas: políticas sociais e políticas ativas de emprego e inserção profissional; economia social como promotora de emprego e inserção; posições tomadas pelos órgãos da União Europeia e pela EAPN Europa; implementação da Estratégia Europeia de Inclusão Ativa e outros projetos desenvolvidos pela EAPN PORTUGAL em especial aqueles em que a temática da empregabilidade é um foco de atenção.

## 3

Dinamização do blog informativo *Flash Rede* ([flashredeblogger.com](http://flashredeblogger.com)) com informações sobre eventos, projetos, atividades de formação e medidas nas mais diversas áreas temáticas, nomeadamente as abrangidas por este protocolo. Este instrumento de comunicação de acesso livre conta com mais de 1000 subscritores, sendo um suporte atualizado diariamente.

## 4

Utilização permanente do *Facebook* como instrumento de divulgação de notícias, eventos, quer no âmbito deste Protocolo, quer em atividades desenvolvidas pelos núcleos distritais e associados, que se relacionem com estas temáticas.

### Parceiros

Associados da EAPN Portugal

Especialistas em diversas áreas de intervenção social

Entidades Públicas e privadas, com responsabilidades na área das políticas sociais

Equipa técnica da EAPN Portugal (Sede e núcleos)

Outras redes nacionais da EAPN

Responsáveis técnicos de projetos com especial relevância para as temáticas do emprego/desemprego

### Resultados esperados

- \_ 80 Notícias divulgadas no Blog Flash Rede, Facebook e site do protocolo.
- \_ Publicação de 2 artigos relacionados com temáticas da empregabilidade de públicos desfavorecidos e temas relacionados na Revista de Política Social *Focussocial*.
- \_ Publicação na página da Internet da divulgação e dos relatórios de todas as iniciativas desenvolvidas no âmbito deste Protocolo.
- \_ Elaboração e difusão pelos diversos meios referidos dos materiais de divulgação (brochuras/flyers) dos eventos previstos em 2015.



## DOMÍNIO B.

# ARTICULAÇÃO EUROPEIA





## Ação 2

Janeiro a Dezembro

Intercâmbio e tratamento de informação oriunda dos diferentes órgãos da Comissão Europeia, das redes nacionais da EAPN, da EAPN Europa e outros organismos internacionais.

### Enquadramento

Sendo uma organização europeia a EAPN Portugal, desenvolve o seu trabalho junto das suas congéneres em todos os Estados Membros da União Europeia e da EAPN Europa, com sede em Bruxelas, que integra um grande número de instituições europeias. As estruturas de trabalho da EAPN produzem documentos e pareceres, direta ou indiretamente, relacionados com as políticas sociais europeias relativas à empregabilidade de públicos vulneráveis. A EAPN Portugal, tem vindo a produzir traduções e/ou adaptações destes documentos, bem como de outros provenientes de entidades como a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu entre outras, procedendo posteriormente à sua publicação em Portugal, nomeadamente através do seu acervo na página da Internet (<http://www.eapn.pt/>). Estes textos constituem uma mais-valia em termos de aprofundamento dos temas e áreas em que incidem este protocolo.

### Atividades

## 5

Tradução e divulgação de pareceres, livros técnicos e/ou outros documentos pertinentes no âmbito das temáticas do presente protocolo. Em 2015, a EAPN Portugal dará especial ênfase a uma campanha sobre o Trabalho Digno, em parceria com as suas congéneres europeias e sobre a orientação da EAPN Europa. Esta campanha tem por base o exemplo adotado noutros países e visa a promoção de um salário digno, a adoção das normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o apelo à negociação coletiva de um salário capaz de fazer face às necessidades de cada um, considerando um estilo de vida considerado digno. Esta campanha é adaptada a cada estado-membro e tem em conta as circunstâncias económicas, sociais e políticas de cada país.



**Parceiros**

Equipa técnica da EAPN Portugal

EAPN Europa

Redes nacionais da European Anti- Poverty Network

Outras entidades internacionais membros da EAPN Europa

Parceiros Sociais

Sociedade Civil

**Resultados esperados**

\_ Tradução, adaptação e publicação online de 4 documentos decorrentes da Campanha do Trabalho Digno.

# DOMÍNIO C.

## INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO NA ECONOMIA SOCIAL







## Ação 3

Janeiro a Maio

Follow – up do estudo Empregabilidade na Economia Social em Portugal.

### Enquadramento

O estudo “Empregabilidade na Economia Social em Portugal” é já uma atividade decorrente do ano de 2014, que em 2015 se pretende concluir e consolidar. Importa no entanto destacar a sua fundamentação e objetivos enquanto enquadramento para as atividades que no seu âmbito planificamos no presente documento. Este estudo inspirou-se no desenvolvimento e na fundamentação do próprio Protocolo de Cooperação, que se iniciou com a disseminação do Mercado Social de Emprego em 2001. As possibilidades facultadas pelo desenvolvimento deste protocolo ao longo do tempo, bem como todo o trabalho desenvolvido pela EAPN Portugal, permitiram-nos um contato privilegiado com as organizações de economia social e as suas possibilidades enquanto empregadoras e executoras das “políticas ativas de emprego”, bem como enquanto agentes de desenvolvimento de outras técnicas de empregabilidade. O próprio setor da economia social é reconhecido através de numerosa documentação, a nível nacional e europeu, como criador de emprego e potencialmente como gerador de coesão social, sendo que é igualmente reconhecido ao setor um papel fundamental no que respeita às atividades ligadas a necessidades ainda não satisfeitas pelo mercado. Este estudo teve ainda como fundamentação a valorização do domínio da empregabilidade – por parte das organizações da Economia Social (OES) – e a sua importância ao nível do reconhecimento político e estratégico do setor – visível nos Quadros Comunitários de Apoio e nas prioridades políticas dos governos nesta área – que destacam o papel na promoção do emprego, no combate à pobreza e a inclusão social e nas competências a adquirir ao longo da vida.

O estudo iniciado em 2014, fundamentou-se em três grandes vetores:

- 1) A relevância crescente das organizações da Economia Social enquanto entidades empregadoras e o seu potencial de crescimento face às mudanças demográficas em Portugal e na Europa.
- 2) O reconhecimento político e estratégico da orientação dos financiamentos em torno da inclusão social e emprego.
- 3) O papel das políticas ativas de emprego como instrumentos de apoio às organizações da Economia Social enquanto entidades empregadoras e enquanto instrumento de desenvolvimento da sua vertente de agentes de empregabilidade. Relativamente às políticas ativas de emprego e à sua aplicação no seio da Economia Social em Portugal, pretendemos focar-nos basicamente em três medidas de políticas ativas, que por norma as organizações do setor mais recorrem atualmente, sendo elas a medida Estímulo, os Estágios Emprego e os



Contratos Emprego Inserção, sem prejuízo de outras medidas que eventualmente possam ter sido usadas na contratação e no recrutamento de recursos humanos nas organizações.

A matriz conceptual do estudo organizou-se em três principais conceitos: organizações da economia social, empregabilidade e políticas ativas de emprego. Por sua vez, estes conceitos trabalharam-se conjuntamente com um outro conjunto de conceitos contextuais como sejam os de integração, exclusão/inclusão social, centralidade do trabalho, emprego/desemprego. Pela sua relevância para a construção e compreensão das hipóteses de trabalho, a abordagem desta matriz conceptual constituiu uma primeira parte estruturante do estudo, através de um enquadramento realizado com explicitação dos referidos conceitos e respetiva abordagem da sua evolução histórica e da sua situação na atualidade. Importa ainda reforçar os objetivos do estudo.

### **Objetivo geral**

Caracterizar as entidades da economia social em Portugal, no que respeita a práticas de empregabilidade, particularmente à aplicação de políticas ativas de emprego.

### **Objetivos específicos**

- Sistematizar práticas relativas à empregabilidade dos vários públicos utentes das organizações da Economia Social, a partir das suas valências específicas destinadas às questões do emprego (GIP's, Empresas de Inserção e outras).
- Analisar a articulação entre essas valências específicas nas organizações da Economia Social e as políticas ativas de emprego em vigor.
- Caracterizar a integração de políticas ativas de emprego nos planos de trabalho das organizações da Economia Social.
- Analisar práticas inovadoras e de sucesso para a empregabilidade de públicos mais vulneráveis ao mercado laboral.
- Desenvolver pistas de atuação relativas à aplicabilidade e à articulação no seio das organizações da Economia Social de práticas de empregabilidade.

Sendo a apresentação deste Plano de Ação realizada em setembro destaque-se que o estudo ainda se encontra a decorrer. Pode já denotar-se um desenvolvimento significativo e com fases já finalizadas: elaboração da componente teórico-metodológica; abordagem quantitativa do fenómeno através de recolha dos questionários. No presente momento encontramos-nos em articulação no sentido da finalização do estudo com a consultadoria científica da universidade da Beira Interior, importando assim considerar as ações de follow-up no ano de 2015, tendo como base os resultados deste trabalho.



## Atividades

### 6.1

Realização de três focus-group, para discussão pública do relatório preliminar do estudo (elaborado em dezembro de 2014).

Os focus-group serão organizados através do critério da pluralidade de pontos de vista e dos agentes estratégicos em torno das questões da empregabilidade na Economia Social e das políticas ativas de emprego. Neste sentido, prevê-se a realização de 3 focus-group: um direccionado a entidades economia social; outro para entidades promotoras de políticas empregabilidade e um último junto de beneficiários de políticas ativas de emprego. No âmbito da planificação destes momentos será tido em conta o critério da abrangência territorial.

### 6.2

Elaboração do relatório final do Estudo Empregabilidade na Economia Social em Portugal e respetiva edição da publicação (tiragem de 300 exemplares).

### 6.3

Organização do Seminário de apresentação do Estudo.

### 6.4

Realização de três sessões de divulgação do estudo ao nível regional (distribuídas pelas regiões Norte, Centro e Sul).

O formato planificado para estas sessões é o formato de dia completo dividido por uma primeira parte com uma mesa de redonda de discussão face à apresentação dos resultados do Estudo e uma segunda parte com dinamização de workshops de esclarecimento e trabalho conjunto entre o IEFP, entidades beneficiárias e beneficiários diretos de medidas ativas de emprego.

## Parceiros

- UBI – Universidade da Beira Interior (Departamento de Sociologia) [consultoria científica do projeto]
- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Entidades da Economia Social com práticas de empregabilidade
- Núcleos distritais da EAPN Portugal
- Entidades empresariais
- Sindicatos



## **Resultados esperados**

- Realização de 3 Focus – group para discussão pública do estudo.
- Publicação do estudo, em versão eletrónica e versão papel (300 exemplares)
- Realização de um seminário de apresentação do estudo para 100 participantes estimados.
- Realização de três sessões regionais de apresentação e discussão do estudo com entidades parceiras e sociedade civil para 25 participantes estimados, num total de 75 participantes.

# DOMÍNIO D.

## INTERVENÇÃO JUNTO DE PÚBLICOS VULNERÁVEIS





## Ação 4

Janeiro a Dezembro

Projeto Click – Ativar competências de empregabilidade

### Enquadramento

Em 2014 a EAPN Portugal iniciou um projeto-piloto que visava a implementação e o reforço de competências de empregabilidade junto de pessoas em situação de desemprego. Este projeto decorreu em Águeda, ao longo do ano e teve como principais parceiros o CTE local e as associações empresariais da região e o seu principal objetivo era, tal como o formulamos no nosso Plano de ação para 2014: “ *Contribuir para o desenvolvimento do tecido empregador, apoiando-o na reformulação dos seus métodos de recrutamento e seleção*”, isto no que respeita ao trabalho a desenvolver junto das entidades empregadoras. Relativamente ao público que trabalhámos, referíamos ainda em 2014: “ *Inserir no mercado de trabalho regular, o público que habitualmente se encontra limitado às medidas destinadas aqueles que se encontram fora desse mesmo mercado, ou seja, aos programas ocupacionais ou aos dispositivos assistenciais em vigor. Neste sentido, o projeto, poderá abranger beneficiários do RSI e de outras transferências sociais, tendo como principal objetivo a superação desta condição a partir desta mesma metodologia. Em todo o caso, pretende-se que o projeto abranja pessoas que se encontram em situações mais precárias, mas ainda com fortes possibilidades de inserção no mercado laboral*”. Não sendo este o documento de análise dos resultados deste projeto, não podemos deixar de referir algumas das circunstâncias em que ele decorreu e que são, por sua vez, uma das motivações para a revalidação, reforço, correção e consolidação de uma nova edição alargada e adaptada a outros territórios e grupos que apresentamos como proposta de trabalho para 2015.

Neste sentido, esta nova edição constrói-se com base num conjunto de domínios que pretendemos aprofundar e incrementar, os quais referimos de seguida.

- A necessidade de reforçar e de interagir em tempo correto com as potenciais entidades empregadoras. Ou seja, é necessário uma abordagem mais aprofundada com estas entidades, no sentido da sensibilização para o projeto, para uma maior implicação das mesmas no decorrer das sessões e um conhecimento mais aprofundado do perfil e das competências dos participantes. Será portanto necessário um trabalho prévio de conhecimento das realidades empresariais, de um melhor conhecimento do mercado de trabalho local e das potencialidades dos empregadores. Tudo isto numa interação conjunta entre os responsáveis do projeto, o IEFP local e as entidades potencialmente empregadoras. Importa assim o desenvolvimento de protocolos de colaboração não apenas com entidades mediadoras como as associações empresariais, mas sim com entidades empregadoras diretamente no terreno.



- Encurtar o tempo de realização das sessões de coaching de forma a manter e a consolidar o interesse e o empenho dos participantes, fornecendo-lhes os instrumentos necessários à sua pró-atividade, autoestima e motivação no projeto.
- Incremento dos instrumentos de mediação entre participantes e empregadores, nomeadamente através da aposta na sistematização e disponibilização online de informação de caráter interativo.
- Melhorar a articulação entre as parcerias envolvidas: EAPN Portugal, IEFP, entidades potencialmente empregadoras, participantes, técnicos de apoio e outros que possam vir a participar.

Neste sentido, pretendemos o reforço destas vertentes que pressupõem a experiência de Águeda, visando o aumento da eficácia metodológica e a obtenção de resultados mais concretos. A nossa proposta para o ano 2015 visa assim o alargamento do projeto em duas grandes áreas, que explicitaremos de seguida. Destacamos, antes de mais, que esta proposta de alargamento resulta do facto de, em consonância com a Direção do IEFP<sup>1</sup>, termos percebido a mais valia da metodologia inerente ao projeto, desde logo pelo seu potencial de intervenção de proximidade e de desenho de perfis personalizados de empregabilidade de forma articulada entre a procura e a oferta de emprego. Através do presente alargamento surge um forte potencial de consolidação de um instrumento de intervenção na empregabilidade de públicos vulneráveis, construído com base em fortes alicerces de parceria e trabalho em rede.

Neste sentido, uma primeira área de alargamento do projeto é a da abrangência geográfica. Pretende-se assim chegar a uma grande parte do território abrangido simultaneamente pela EAPN e pelo IEFP, contemplando 4 das 5 grandes regiões (coincidentes com as NUTS II): Norte, Centro, Lisboa e Alentejo, seguindo a própria estrutura do IEFP, excluindo apenas a região do Algarve por impossibilidade de um acompanhamento adequado (dadas limitações de recursos financeiros e humanos) de mais um grupo. Em cada uma destas regiões objetiva-se o desenvolvimento do projeto com um grupo específico, ou seja, a cada região corresponde um grupo de trabalho com públicos selecionados de acordo com um dado perfil. Este alargamento geográfico através de uma lógica de coincidência com as delegações regionais do IEFP é, por si só, estratégico, na medida em que se alicerça em redes previamente existentes nos territórios, potenciando a sua articulação e capacidade de intervenção e desenvolvendo o conhecimento num contexto que facilita a sua disseminação.

A segunda área de alargamento do projeto respeita aos seus grupos alvo. Apesar de no decorrer do projeto piloto a caracterização heterogénea do grupo ter revelado algumas potencialidades, também revelou que uma intervenção mais concertada em torno de um dado perfil se revela estratégica e potenciadora de resultados mais efetivos porque mais incisivos. Assim, tendo em conta a estrutura do desemprego em Portugal, a nossa aposta

---

<sup>1</sup> Destacamos aqui a reunião realizada a 27 de Novembro de 2014 entre a EAPN Portugal e o Dr Jorge Gaspar, presidente do Conselho Diretivo do IEFP, na qual a presente proposta foi debatida.



orienta-se no sentido de um trabalho desenvolvido em torno de alguns grupos específicos, tais como: os desempregados de longa duração com idades compreendidas entre os 35 e os 55 anos e o grupo dos NEET, jovens que não se encontram nem em formação nem a trabalhar destacando, neste caso, as elevadas taxas de desemprego jovem. Transversal a estes grupos específicos será a integração, em cada um deles, de membros da comunidade cigana. Esta integração prende-se, desde logo, com a rentabilização de uma forte experiência de trabalho da EAPN Portugal no que respeita às comunidades ciganas. Esta experiência tem-nos demonstrado o reconhecimento que estas comunidades se confrontam com a decadência de determinadas profissões que tradicionalmente se associavam a elas, fenómeno aliado (em geral) a baixas qualificações e dificuldades na entrada no mercado de trabalho mais tradicional, sendo um grupo alvo que, pelas suas características, exige uma intervenção necessariamente personalizada como anteriormente se referiu. A não definição de um grupo específico apenas dedicado às comunidades ciganas respeita uma ética de intervenção da EAPN Portugal em que o direito à diferença é promovido em contextos de igualdade, numa lógica de não inferiorização e de partilha de identidades.

A escolha por estes grupos alvo resulta também ela de uma discussão prévia com a Direção do IEFP<sup>2</sup> e de um claro conhecimento da estrutura do desemprego nacional. Os três grupos definidos são, claramente, alvo de um conjunto múltiplo de factores de vulnerabilização. Assim, a intervenção junto de desempregados de longa duração entre os 35 e os 55 anos vai permitir um urgente trabalho de construção de percursos personalizados de regresso ao mercado de trabalho, tendo em conta importantes procedimentos de revalidação e reconfiguração de competências. Já a intervenção junto dos jovens NEET, permite, desde logo chegar a um grupo que, pelas suas características, se encontra em total processo de exclusão de um “sistema de empregabilidade”. Os jovens nestas circunstâncias são uma realidade que os números nos demonstram como crescente mas que ainda não é suficientemente caracterizada e conhecida, tendo o presente projeto um forte potencial de, mais uma vez pelas suas lógicas de proximidade, chegar a processos de conciliação e mediação entre as competências adquiridas pelos jovens e as procuradas pelo mercado de trabalho.

Ao propormos este alargamento e esta nova estrutura, será sem dúvida fundamental ter em conta todas as alterações que ela implica, quer ao nível da logística, na organização e nos recursos humanos necessários para o desenho do projeto. Partindo do pressuposto que o projeto em cada “região-grupo” funcionará em moldes idênticos ao projeto – piloto desenvolvido em 2014 em Águeda, propomos:

- O projeto – piloto será aplicado ao nível das NUTS II (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo), com excepção do Algarve, envolvendo quatro grupos homogéneos: dois grupos de desempregados de longa duração entre os 35 e os 55 anos, um com médias – altas qualificações e outro com baixas qualificações e dois grupos

---

<sup>2</sup> Destacamos novamente a reunião realizada a 27 de Novembro de 2014 entre a EAPN Portugal e o Dr Jorge Gaspar, presidente do Conselho Diretivo do IEFP, na qual a presente proposta foi debatida.





de jovens NEET, um com médias – altas qualificações e outro com baixas qualificações. A definição da articulação entre cada região e cada grupo será realizada de forma participada, através de um momento de auscultação conjunta das 4 Delegações Regionais e dos Serviços Centrais do IEFP, promovido pela EAPN Portugal.

- A coordenação dos trabalhos será desenvolvida a partir da equipa da EAPN, em estreita colaboração com as Delegações Regionais do IEFP/Centro de Emprego em que será aplicada a metodologia e o Núcleo Distrital da EAPN mais próximo. Assim, as ações serão desenvolvidas e organizadas a partir do Porto (Sede da EAPN) em articulação direta com as entidades referidas. Sistematizando, no que respeita a recursos humanos afetos ao projeto no âmbito da EAPN Portugal apresentamos o envolvimento da equipa já constituída em anos anteriores (1 técnico e 1 coordenador), ambos com experiência na dinamização da experiência piloto em Águeda, à qual acrescentamos um novo técnico totalmente afeto ao desenvolvimento do projeto Click nas 4 regiões.
- Ao IEFP (cada Delegação Regional/Centro de Emprego da área de abrangência do projeto) caberá nomear um técnico de acompanhamento do projeto (num total de 4), que fará a articulação com a equipa da EAPN e colaborará em todas as atividades, nomeadamente na abordagem ao tecido empregador local, apoio logístico às ações, acompanhamento das atividades do grupo e demais atividades que se demonstrem necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos.
- Os grupos serão definidos de acordo com as tipologias propostas e os elementos serão selecionados a partir das bases de dados do IEFP (CTE's), sendo a sua composição exclusivamente voluntária e mediante uma pré-inscrição no projeto. Caberá à equipa da EAPN, em conjunto com o técnico designado pelo IEFP em cada Delegação Regional, selecionar os participantes, mediante critérios de disponibilidade e perfil adequado à tipologia do grupo.
- Cada “equipa operacional” será composta pelo técnico de intervenção da EAPN que fará o acompanhamento do grupo (existindo uma divisão dos 4 grupos entre os 2 técnicos afetos ao Acordo); pelo elemento do IEFP designado para acompanhar cada projeto e pelo animador das sessões. Destaque-se ainda a gestão e acompanhamento destas equipas pela figura do coordenador do Acordo. As equipas comprometem-se a realizar os procedimentos necessários ao seu desenvolvimento, seguindo a metodologia proposta.
- Numa lógica de efetivação da participação e de reforço das sinergias, serão constituídas 4 Comissões de Acompanhamento Regionais nas quais estarão integradas as entidades estratégicas à dinamização de cada um dos grupos, desde logo a própria EAPN Portugal e o IEFP, mas igualmente a Segurança Social, Câmaras Municipais, entidades empregadoras diretas e seus representantes (nomeadamente associações empresariais) e outras entidades a sinalizar localmente. Estas Comissões Regionais de Acompanhamento reunirão trimestralmente e posteriormente reunirão em contexto nacional semestralmente.



Do ponto de vista da metodologia e tendo em conta as constatações e a experiência deixada pelo projeto-piloto desenvolvido na área de abrangência do CTE de Águeda, teremos em consideração a melhoria dos instrumentos, da logística, das parcerias e demais aspetos, sendo que no essencial não alteraremos a estrutura básica. Neste sentido, apresentamos uma primeira fase de auscultação da oferta de emprego através de pesquisa no âmbito do mercado de trabalho, às necessidades de empresas e organizações no que respeita à criação de postos de trabalho e às possíveis ofertas de emprego em áreas específicas. Numa segunda fase uma intervenção junto da procura de emprego, aplicando os perfis de necessidades desenhados pelo tecido empresarial a um grupo de pessoas em situação de desemprego acompanhadas num conjunto de sessões de coaching para a empregabilidade. O perfil de competências dos participantes neste grupo será devidamente trabalhado numa articulação com as necessidades partilhadas pelo tecido empregador, sendo pré-requisito para os participantes a demonstração de características de ativação de conhecimentos, resiliência à adversidade do mercado laboral e procura ativa de emprego.

Transversal a estas duas componentes essenciais do projeto é a ligação com um Centro de Emprego e Formação Profissional a designar em cada um dos territórios, entidade que pretendemos envolver em todo o decorrer do projeto, numa estreita articulação com o tecido empregador e com um papel determinante na sinalização e na monitorização do grupo de participantes a envolver.

## Atividades

### 7

Cada região/grupo (num total de 4) realizará as suas próprias atividades, mantendo-se no entanto o essencial em cada uma delas, salvo em caso de adaptação de alguma ação mais específica decorrente do projeto local. As atividades previstas por cada grupo-região serão:

Realização de ações de sensibilização e informação junto do tecido empregador, da área de circunscrição do Centro de Emprego.

Estas ações visam os seguintes objetivos:

- Expor os objetivos do projeto às entidades empregadoras de forma a obter parcerias e receptividade por parte do tecido empregador.
- Sensibilizar e informar acerca das políticas ativas de emprego, no que respeita aos benefícios para empregadores, mas igualmente na prossecução de objetivos claramente definidos, nomeadamente, no âmbito da Cidadania Empresarial e Organizacional e da Responsabilidade social das Empresas e Organizações.
- Auscultar as necessidades em termos de procura/oferta no mercado laboral, articulando com o IEFP local as ações de formação profissional e a sua adaptação às necessidades laborais dos empregadores locais.



## Parceiros

- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Entidades responsáveis pela execução e monitorização de políticas ativas de emprego.
- Associações empresariais locais e tecido empregador na área de circunscrição de cada Centro de Emprego referenciado.

## Resultados esperados (por cada grupo-região)

- 4 reuniões com entidades empregadoras na área de abrangência do projeto-piloto. O projeto totaliza 16 reuniões.
- 3 parcerias com empresas/organizações de média/grande dimensão na área de circunscrição do CTE. O projeto totaliza 12 parcerias.
- 4 reuniões (trimestrais) das Comissões Regionais de Acompanhamento em contexto regional
- 2 reuniões (semestral) das Comissões Regionais de Acompanhamento em contexto nacional
- Parceria com Centro de Emprego e Formação Profissional na mediação com tecido empregador
- Replicação do projeto em anos posteriores noutros territórios

## 8

Criação de uma subpágina de Internet dedicada ao Projeto Click.

Pretende-se com esta atividade a criação de um instrumento de mediação, facilitação e incremento da comunicação do projeto, nomeadamente através da criação de uma bolsa de emprego (com informações atualizadas dos participantes) e de uma bolsa de empregadores (com informação relevante dos parceiros significativos nesta área).

## Parceiros

- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Entidades responsáveis pela execução e monitorização de políticas ativas de emprego
- Associações empresariais locais e tecido empregador na área de circunscrição de cada Centro de Emprego
- Empresa de webdesign

## Resultados esperados

- Criação de uma subpágina da Internet do projeto Click associada ao site do protocolo EAPN Portugal /IEFP, IP



## 9

Cada uma das regiões - grupo (num total de 4) desenvolverá a mesma metodologia, salvaguardando necessárias especificidades e necessidades de adaptação. Assim as ações por cada grupo- região serão:

Realização de 12 ações de coaching para a empregabilidade com públicos vulneráveis em situação de desemprego, apostando na adequação de perfis de competências.

Estas ações estão previstas para decorrer de maio a novembro, para um grupo de cerca de 15 pessoas, constituído a partir da informação trabalhada e partilhada com o Centro de Emprego – a designar pelo projeto – e circunscrito à área de atuação desse mesmo CTE. A constituição do grupo terá igualmente em linha de conta o perfil de necessidades previamente trabalhado com o tecido empregador local. A ligação ao CTE será estabelecida não apenas na sinalização do grupo mais igualmente na sua monitorização e acompanhamento.

Por parte da equipa técnica do projeto, será ainda introduzida uma componente de abordagem direta às entidades empregadoras, através de visitas personalizadas a estas entidades, com apresentação do perfil dos participantes, como mediação para a aplicação de políticas ativas de emprego (se necessário) em estreita colaboração com o IEFP, bem como a possibilidade de protocolar formações em posto de trabalho.

Tendo como metodologia o coaching, estas ações apostarão essencialmente no desenho de perfis de competências dos seus participantes, apostando no desenvolvimento de atitudes pró-ativas. A manutenção do mesmo grupo no decorrer do projeto pretende igualmente trabalhar a coesão do mesmo recorrendo a uma metodologia de monitorização inter-pares nos períodos entre sessões. Através desta os elementos do grupo terão momentos promovidos pelos próprios entre o intervalo das sessões para uma partilha ativa da utilização dos conteúdos transmitidos, garantindo um trabalho contínuo de motivação.

### Parceiros

- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Entidades responsáveis pela execução e monitorização de políticas ativas de emprego.
- Núcleos distritais da EAPN Portugal
- Associações empresariais locais e tecido empregador na área de circunscrição de cada Centro de Emprego

### Resultados esperados (por cada grupo-região)

- Realização de 12 sessões, em parceria com os núcleos distritais da EAPN Portugal, ONGs locais e Centros de Emprego e Formação Profissional a designar. O projeto totaliza 48 sessões.
- Elaboração de um relatório final nacional de conclusões das sessões.
- Elaboração de 4 relatórios finais de conclusões de cada grupo/território.
- Presença de pelo menos 80% das 15 pessoas em todas as 12 sessões.
- Replicação do projeto em anos posteriores noutros territórios



## 2. Metodologia

As ações planeadas implicarão a adoção de metodologias variadas, visando sobretudo a articulação com as entidades públicas e privadas que actuam na área da empregabilidade de públicos desfavorecidos perante o mercado de trabalho e na implicação directa das próprias pessoas, através da sua participação activa – sempre que possível – nas diversas atividades.

Este plano de trabalho privilegiará os seguintes conjuntos de princípios metodológicos enquadrantes.

### 1. Trabalho em rede e em parceria

Não podemos caminhar na construção de medidas de política de combate à pobreza e exclusão social sejam elas de cariz nacional ou regional se não for cumprido o princípio da cooperação interinstitucional e o respeito pelo trabalho desenvolvido por cada um dos atores envolvidos, abandonando a lógica da supremacia, do protagonismo de uns sobre os outros e assumindo um compromisso e uma co-responsabilização de todos na resolução dos problemas daqueles que se encontram em situação de desfavorecimento.

O espírito de parceria e de partilha/cedência de recursos é visto como um procedimento interno para formular e desenvolver alternativas na luta contra a pobreza e exclusão social.

A capacidade de mobilização e sensibilização de diferentes actores, tem sido um dos princípios metodológicos da organização, com particular incidência no campo das organizações não lucrativas do sector social e no campo da investigação e produção de conhecimentos e da formação, nomeadamente pela organização de grupos de trabalho interinstitucionais e intersectoriais.

### 2. Participação/mobilização dos excluídos

A participação activa das pessoas em situação de pobreza como principais atores das respostas e políticas de intervenção social é, para além de um objectivo institucional, um importante instrumento metodológico. A actividade da EAPN Portugal junto dos públicos mais desfavorecidos vai assim no sentido de restituir este princípio, criando igualmente condições para o exercício pleno da cidadania.



### 3. Pesquisa/ação participativa

A pesquisa-ação participativa é baseada no cruzamento de diferentes fontes de informação e técnicas múltiplas para obter informação. Esta abordagem é utilizada quer ao nível do trabalho desenvolvido ao nível distrital quer no desenvolvimento de projectos específicos.

### 4. Integralidade

Existe uma preocupação de olhar para a problemática da exclusão tendo em conta as suas várias dimensões e as suas várias formas de manifestação, digamos que a integralidade é uma consequência direta da definição pluridimensional da exclusão.

### 5. Territorialidade

Uma intervenção territorializada permite uma visão mais próxima não só dos problemas e necessidades das populações, como também das potencialidades e recursos em torno dos quais a sociedade civil se organiza. Neste contexto, as estruturas distritais da EAPN Portugal representam o esforço e empenhamento local na mobilização das entidades não-governamentais de solidariedade social para um trabalho conjunto e implicado na resposta às necessidades locais.



### 3. Articulação com as estruturas centrais do IEFP

O Acordo de Cooperação celebrado prevê na sua Cláusula 7ª a existência de uma “Comissão Paritária constituída por dois representantes do IEFP, um dos quais preside às reuniões e um representante da EAPN Portugal”.

Dando seguimento a esta orientação, os representantes da EAPN Portugal nesta Comissão serão:

- A designar - Coordenação Técnica da EAPN Portugal
- Dra. Liliana Pinto – Técnica de referência do Acordo EAPN Portugal/IEFP

Destacamos a alteração do representante com função de coordenação técnica da EAPN Portugal de Júlio Paiva para elemento a designar, em virtude da afetação do primeiro a novas funções no interior da EAPN Portugal e igualmente face a um alargamento das funções da coordenação técnica, passando a mesma de uma cabimentação de 35% para 50%.

Considera-se pertinente que se realizem reuniões periódicas da Comissão Paritária com vista a acompanhar as ações desenvolvidas e efetuar uma avaliação contínua que permita reajustamentos e alterações ao plano de ação delineado, caso se revelem necessárias. Tal como sistematizado na ata da 3ª reunião da comissão paritária de 2012, todos os elementos da mesma sugeriram a alteração do nº de reuniões anuais necessárias, reduzindo-as de 4 para 2, como já anteriormente aconteceu, sempre com a possibilidade de convocatória de reuniões extraordinárias necessárias a qualquer uma das partes do protocolo.

Em termos de documentação de acompanhamento, prevê-se a apresentação das fichas de execução trimestrais do protocolo, um relatório intermédio de execução no final do primeiro semestre e um relatório final.

## 4. Recursos a utilizar

Para a prossecução dos objetivos e promoção das atividades delineadas no presente Plano, a EAPN Portugal contará com os seguintes recursos:

### Humanos

- a) Apoio da coordenação técnica da EAPN Portugal para acompanhamento da execução do Plano;
- b) Apoio dos Núcleos Distritais e Regionais, assim como dos Departamentos, nomeadamente através dos seus representantes – técnicos e coordenadores distritais;
- c) Contratação de três técnicos licenciados para a execução das tarefas diretamente relacionadas com as ações do projeto; dois na execução do projeto e um na coordenação, este último contratado parcialmente, com uma afetação de 50%. Os restantes dois técnicos distribuem-se da seguinte forma: um técnico de referência do acordo, com responsabilidades de desenvolvimento do conjunto das atividades a nível nacional e um técnico de intervenção na empregabilidade, afeto ao projeto Click, com responsabilidades de dinamização dos 5 grupos regionais, com a necessária colaboração do técnico de referência do acordo.
- d) Contratação dos facilitadores e animadores, bem como de outros intervenientes (oradores, palestrantes e outros) que colaborarão nas ações a implementar;
- e) Consultoria científica no âmbito do desenvolvimento da investigação planificada

### Técnicos

- a) Utilização dos meios logísticos da EAPN Portugal (Sede nacional e Núcleos Regionais) para a promoção das ações em causa;
- b) Mobilização das Organizações membros da EAPN Portugal para a prossecução das ações;
- c) Utilizações de alguns dos recursos técnicos do IEFP ao nível das estruturas centrais, regionais e locais com particular incidência de colaboração com o CET envolvido no projeto-piloto;
- d) Contratação dos restantes meios necessários para a boa prossecução das ações, nomeadamente: sensibilização, formação, seminários, recolha de informação, divulgação e disseminação das ações, etc. (meios logísticos que serão afetos exclusivamente a esta ação).





## 5.2 Execução Física Prevista 2015

ATIVIDADES	INDICADORES DE EXECUÇÃO
<b>A Domínio da Comunicação e Informação</b> Atividades 1,2,3 e 4	<ul style="list-style-type: none"><li>- 80 Notícias divulgadas no Blog Flash Rede, Facebook e site do protocolo.</li><li>- Publicação de 2 artigos relacionados com temáticas da empregabilidade de públicos desfavorecidos e temas relacionados na Revista de Política Social Focussocial.</li><li>- Publicação na página da Internet da divulgação e dos relatórios de todas as iniciativas desenvolvidas no âmbito deste Protocolo.</li><li>- Elaboração e difusão pelos diversos meios referidos dos materiais de divulgação (brochuras/flyers) dos eventos previstos em 2015.</li></ul>
<b>B Domínio da articulação europeia</b> Atividade 5	<ul style="list-style-type: none"><li>- Tradução, adaptação e publicação online de 4 documentos decorrentes da Campanha do Trabalho Digno</li></ul>
<b>C Domínio da investigação e intervenção na Economia Social</b> Atividades 6.1/ 6.2/ 6.3/ 6.4	<ul style="list-style-type: none"><li>- Realização de 3 Focus – group para discussão pública do estudo.</li><li>- Publicação do estudo, em versão eletrónica e versão papel (300 exemplares)</li><li>- Realização de um seminário de apresentação do estudo para 100 participantes estimados.</li><li>- Realização de três sessões regionais de apresentação e discussão do estudo com entidades parceiras e sociedade civil para 25 participantes estimados, num total de 75 participantes.</li></ul>



<p><b>D Domínio da Intervenção com Públicos Vulneráveis</b></p> <p>Atividade 7</p> <p>Intervenção no tecido empregador</p>	<p>Cada um destes indicadores será aplicado a cada região-grupo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 4 reuniões com entidades empregadoras na área de abrangência do projeto-piloto. O projeto totaliza 16 reuniões.</li> <li>- 3 parcerias com empresas/organizações de média/grande dimensão na área de circunscrição do CTE. O projeto totaliza 12 parcerias.</li> <li>- 4 reuniões (trimestrais) das Comissões Regionais de Acompanhamento em contexto regional</li> <li>- 2 reuniões (semestral) das Comissões Regionais de Acompanhamento em contexto nacional</li> <li>- Parceria com Centro de Emprego e Formação Profissional na mediação com tecido empregador</li> <li>- Replicação do projeto em anos posteriores noutros territórios</li> </ul>
<p>Atividade 8</p> <p>Comunicação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de uma subpágina da Internet do projeto Click associada ao site do protocolo EAPN Portugal /IEFP, IP</li> </ul>
<p>Atividade 9</p> <p>Intervenção com públicos</p>	<p>Cada um destes indicadores será aplicado a cada região-grupo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de 12 sessões, em parceria com os núcleos distritais da EAPN Portugal, ONGs locais e Centros de Emprego e Formação Profissional a designar. O projeto totaliza 48 sessões.</li> <li>- Elaboração de um relatório final nacional de conclusões das sessões.</li> <li>- Elaboração de 4 relatórios finais de conclusões de cada grupo/território.</li> <li>- Presença de pelo menos 80% das 15 pessoas em todas as 12 sessões.</li> <li>- Replicação do projeto em anos posteriores noutros territórios</li> </ul>

## 6. Orçamento de Ações 2015

Código	Rúbrica de Custos	Unitário	Unidades	TOTAL
<b>01</b>	<b>DESPESAS COM PESSOAL/REMUNERAÇÕES E ENC. SOCIAIS</b>			<b>63.079,38 €</b>
01.01	Coordenação Técnica (Protocolo)	750,00 €	14	10.500,00 €
01.02	Remuneração Técnica 1 (remuneração técnico do acordo)	1.331,00 €	14	18.634,00 €
01.03	Remuneração Técnica 2 (remuneração técnica projeto Click)	1.331,00 €	14	18.634,00 €
01.04	Encargos sociais	47.768,00	21,2%	10.126,82 €
01.05	Seguro de acidentes de trabalho	47.768,00	0,5%	238,84 €
01.06	Subsidio de alimentação	4,27 €	476	2.032,52 €
01.07	Formação	100,00 €	3	300,00 €
01.08	Despesas de deslocação para reuniões da Comissão Paritária	152,00 €	2	304,00 €
01.09	Ajudas custo (Portaria 1553/D/2008) - Projeto CLIK (Coimbra)	12,55 €	36	451,80 €
01.10	Ajudas custo (Portaria 1553/D/2008) - Projeto CLIK (Évora e Lisboa)	25,10 €	58	1.455,80 €
01.11	Ajudas custo (Portaria 1553/D/2008) - Projeto CLIK (Évora com dormida)	50,20 €	6	301,20 €
01.12	Ajudas custo (Portaria 1553/D/2008) - Investigação	25,10 €	4	100,40 €
<b>02</b>	<b>ARTICULAÇÃO EUROPEIA</b>			<b>100,00 €</b>
02.01	Bibliografia	100,00 €	1	100,00 €
<b>03</b>	<b>INVESTIGAÇÃO</b>			<b>5.933,33 €</b>
03.01	Focus group entidades economia social (para discussão pública)	350,00 €	1	350,00 €
03.02	Focus group entidades promotoras políticas empregabilidade (para discussão pública)	350,00 €	1	350,00 €
03.03	Focus group beneficiários (para discussão pública)	350,00 €	1	350,00 €
03.04	Publicação e edição eletrónica e em papel do estudo (300 exemplares)	5,83 €	400	2.333,33 €
03.05	Realização seminário de apresentação estudo (incluindo aluguer de sala)	1.800,00 €	1	1.800,00 €
03.06	Realização 3 sessões regionais de apresentação do estudo (incluindo workshops) 3 x	750,00 €	1	750,00 €
<b>04</b>	<b>PROJETO CLICK</b>			<b>30.135,20 €</b>
04.01	Deslocações da equipa técnica às entidades empresariais e às sessões Porto	2,40 €	30	72,00 €
04.02	Deslocações da equipa técnica às entidades empresariais e às sessões Porto - Coimbra	50,00 €	18	900,00 €
04.03	Deslocações da equipa técnica às entidades empresariais e às sessões Porto - Lisboa	110,00 €	16	1.760,00 €
04.04	Deslocações da equipa técnica às entidades empresariais e às sessões Porto - Évora	150,00 €	16	2.400,00 €
04.05	Elaboração de materiais gráficos	1.650,00 €	1	1.650,00 €
04.06	Criação de sub-página internet do Projeto	2.500,00 €	1	2.500,00 €
04.07	Almoço dos participantes (4,27 € x 15 pessoas x 12 eventos) x 4 grupos	4,27 €	720	3.074,40 €
04.08	Honorários dos facilitadores/animadores (27,50 € x 8 h x 12 eventos) x 4 grupos	33,83 €	384	12.988,80 €
04.09	Subsidio de deslocação dos participantes despacho normativo 12/2012 21 maio	5,00 €	720	3.600,00 €
04.10	Seguro participantes 11, 50 € pp x 15 pessoas (deslocações Maio a Dezembro) x 4	11,50 €	60	690,00 €
<b>06</b>	<b>DESPESAS DE FUNCIONAMENTO</b>			<b>1.252,09 €</b>
05.01	Electricidade/Água	20,00 €	12	240,00 €
05.02	Telefone/Fax/Correio	40,00 €	12	480,00 €
05.03	Material de desgaste rápido	332,09 €	1	332,09 €
05.04	Reprodução de documentos	200,00 €	1	200,00 €
<b>TOTAL ...</b>				<b>100.000,0 €</b>

**PLANO DE AÇÃO 2015**  
**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO**



Instituto do Emprego  
e Formação Profissional